

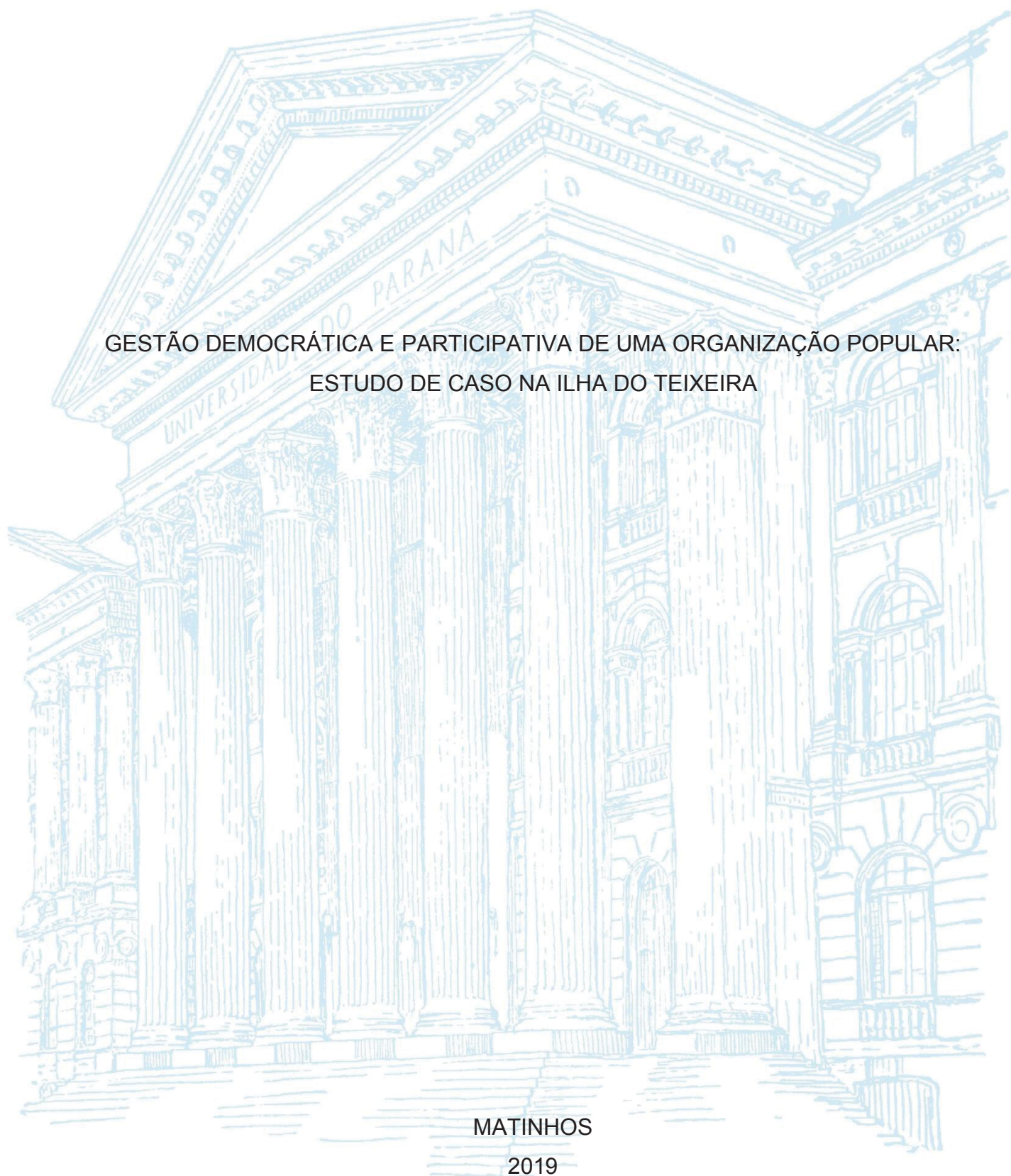
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROSEMEIRE DE FÁTIMA VENANCIO MARTINS NOGUEIRA

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DE UMA ORGANIZAÇÃO POPULAR:
ESTUDO DE CASO NA ILHA DO TEIXEIRA

MATINHOS

2019



ROSEMEIRE DE FÁTIMA VENANCIO MARTINS NOGUEIRA

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DE UMA ORGANIZAÇÃO POPULAR:
ESTUDO DE CASO NA ILHA DO TEIXEIRA

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à obtenção do
título de especialista do curso de Especialização
em Educação do Campo e Realidade Brasileira
através de seus pensadores, Setor Litoral,
Universidade Federal do Paraná.
Orientador: Prof. Maurício Fagundes

MATINHOS

2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SETOR LITORAL
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
 CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A
 REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS
 PENSADORES - 40001016329E1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Monografia de Especialização de **ROSEMEIRE DE FÁTIMA VENANCIO MARTINS NOGUEIRA** intitulada: **Gestão Democrática e Participativa de uma Organização Popular: Estudo de Caso na Ilha do Teixeira**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Matinhos, 03 de Dezembro de 2019.

MAURÍCIO CESAR VITÓRIA FAGUNDES

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

LOURIVAL DE MORAES FIDELIS

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

SILVANA CÁSSIA HOELLER

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo investigar os limites e possibilidades da organização popular por meio da Associação de Moradores da Ilha do Teixeira, situado a Baía de Paranaguá-PR. Como principais resultados foi possível perceber que o senso de coletividade, tão presente na cultura caiçara, perdeu-se no tempo, o individualismo, a competitividade disseminados pelo sistema capitalista são evidenciados nas relações diárias, a presença agregatória do líder comunitário não é notória na fala da maioria dos moradores e o líder não fala com apreço da associação que lidera. A associação comunitária desta região não é ativa na busca de soluções dos próprios problemas, devido à truncada comunicação com o gestor e à falta de consciência política e valorização humana da comunidade. Uma gestão democrática seria capaz de proporcionar o fortalecimento da organização popular por meio da reflexão, da ação, da comunicação. Além de propiciar confronto de reflexões, buscando, desta forma, o sucesso de sua organização através da participação consciente dos envolvidos. Participação esta que é uma conquista, um processo. É uma forma de todos tomarem as decisões, coletivamente buscarem soluções para as dificuldades, com orientações que sejam apontadas por todo o grupo e não somente pelo gestor.

Palavras-chave: Associação Comunitária. Organização popular. Democracia. Participação.

ABSTRACT

This study aimed to investigate the limits and possibilities of popular organization through the Island do Teixeira Residents Association, located in Paranaguá-PR Bay. As main results it was possible to perceive that the sense of collectivity, so present in the caiçara culture, was lost in time, the individualism, the competitiveness disseminated by the capitalist system are evidenced in the daily relations, the aggregative presence of the community leader is not evident in the speech majority of residents and the leader does not speak with appreciation of the association he leads. The community association in this region is not active in finding solutions to its own problems, due to the truncated communication with the manager and the lack of political awareness and human appreciation of the community. A democratic management would be able to provide the strengthening of the popular organization through reflection, action, and communication. In addition to providing a confrontation of reflections, seeking, in this way, the success of your organization through the conscious participation of those involved. This participation is an achievement, a process. It is a way for everyone to make decisions, collectively seek solutions to difficulties, with guidelines that are pointed out by the whole group and not only by the manager.

Keywords: Community Association. Popular organization. Democracy. Participation.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 06 |
| 2 | METODOLOGIA..... | 09 |
| 3 | ASSOCIAÇÃO DE MORADORES..... | 12 |
| | 3.1 A IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES | |
| | COMUNITÁRIAS..... | 12 |
| | 3.2 O PAPEL DO LÍDER | |
| | COMUNITÁRIO..... | 14 |
| 4 | GESTÃO DEMOCRÁTICA..... | 17 |
| 5 | PARTICIPAÇÃO: um elemento essencial para a democratização..... | 19 |
| 6 | CONCLUSÃO..... | 22 |
| | ALGUNS DADOS RESULTANTES DA PESQUISA..... | 26 |
| | LIMITES..... | 26 |
| | POSSIBILIDADES..... | 27 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 28 |

1 INTRODUÇÃO

Localização DA ILHA: Dados do ano 2002

A ilha do Teixeira localiza-se na Baía de Paranaguá entre os Municípios de Antonina e Paranaguá, no Estado do Paraná. Situa-se muito próxima do continente, a alguns metros da Ilha das Pedras, encontrando-se separada pelo continente (Distrito de Alexandra) apenas pelo Rio das Pedras. A Ilha do Teixeira possui 1,47 km². Verificou-se que a costa oeste está voltada para a Baía de Antonina e a área mais povoada, talvez pelo fato de ficar voltada para o interior da Baía, garantindo proteção contra os ventos e invasores.

O acesso à Ilha do Teixeira é marítimo, através de embarcações particulares que saem de Antonina, Paranaguá e Alexandra.

Aspectos mais atuais:

Novembro de 2018, a Ilha do Teixeira, quanto à infraestrutura, era composta por 111 casas. Destas, 57 casas, de veraneio e 45 são de moradores fixos, nativos das ilhas, ou moram há muito tempo no território. Tem 1 pousada, tem 1 padaria, 2 casas em construção, tem também 2 igrejas: Congregação Cristã no Brasil e Assembleia de Deus Missões e 1 bar, além da casa do “Balaroti” como é popularmente chamado o empresário que tem várias casas para aluguel, no mais belo lado da Ilha, onde vive 1 família nativa que cuida da propriedade. O povoado dispõe de 01 Escola de Ensino Fundamental (anos iniciais) que funciona nos períodos matutino e vespertino com turmas multisseriadas e no período noturno é emprestada ao Estado, onde os alunos dão sequência aos estudos até o 9º ano do ensino fundamental. Os habitantes fixos são cerca de 117, na Ilha há apenas uma associação de moradores oficialmente registrada em cartório, foi fundada em 11 de novembro de 1994, tem seu registro em ata e no cartório civil de Paranaguá, sua diretoria é composta por 13 integrantes:

- Presidente e vice;
- 1º e 2º secretário;
- 1º e 2º tesoureiro;
- 1º e 2º conselheiro fiscal;
- 1º e 2º conselheiro tutelar;
- 1º e 2º fiscal suplente ▪ 1 sócio fiador.

Durante a elaboração do inventário social construído por mim e pelos alunos dos 4ºs e 5ºs anos do fundamental 1, da Escola Municipal do campo “Professora Eulália Maria Da Silva”, que participaram visitando as casas como entrevistadores e ajudando na elaboração e aplicação de questionários, foi percebido, pelos envolvidos, tanto na fala, quanto no registro escrito, o individualismo e o desinteresse por boa parte dos moradores quanto à participação na luta pelo bem coletivo, bem como o anseio por mais união entre os moradores, por parte de outros.

Nas rodas de conversa e reuniões das quais participei com parte da comunidade e os alunos antes citados ou nas visitas que fiz a todas as casas, onde pude conversar com cada morador, foram perceptíveis também muitas incertezas e insatisfações quanto à administração da atual Associação de Moradores.

Procurei então o Presidente da atual Associação de Moradores para agendar uma reunião com os associados para que este pudesse falar da sua atuação frente a esta organização, onde se dispusesse a esclarecer dúvidas e responder os questionamentos de um grupo que se reuniria como representante da comunidade. Solicitei, ainda que ele levasse consigo os documentos atuais de registro desta Associação para análise e debate.

Durante a entrevista, feita na escola, percebemos na fala do atual presidente uma autocracia quanto a função exercida, ao afirmar que lutou muito para fundar a Associação, que já fez muito pela comunidade, mas por falta de reconhecimento, desanimou de atuar com afinco na busca de participação dos moradores.

O mesmo mostrou insatisfação com a comunidade local e disse ainda que os representa diante da Prefeitura, quando julga necessário, e isto basta, que na prefeitura ele é aceito e conhecido e que nenhum documento sai da ilha se não for por ele assinado. Afirmou ainda que apoia o empresário que reside na ilha e lhe dá total apoio, mesmo ouvindo reclamações dos moradores quanto a invasões territoriais. Segundo ele o empresário não invadiu, mas beneficiou muitos moradores com material de construções, motores, etc. e a comunidade não soube ser grata.

Agendei com o presidente o dia e horário da já citada reunião onde compareceram 9 representantes da comunidade e eu, que seria a mediadora do diálogo. Aguardamos o presidente da Associação discutindo sobre a necessidade de uma organização popular, tão importante como esta, e que a mesma deveria ser um lugar de fala e escuta, onde todas as opiniões pudessem ser expressas com

criticidade e atenção, e que mesmo as opiniões que não viessem a ser aceitas deveriam ser respeitadas. Falamos ainda que esta entidade deve ser democraticamente administrada e questionamos aos presentes o que seria uma administração democrática.

Segundo a fala dos presentes, uma administração democrática, representada para eles pela pessoa do presidente, seria aquela que convidaria todos os moradores a participarem das reuniões, correria atrás do que os moradores precisam, prestaria contas dos trabalhos realizados, o que, atualmente não acontece. Com as transformações acontecidas no decorrer dos anos na sociedade, na organização social para a gestão democrática, o gestor responsável por esse processo deve participar do mesmo, com novas demandas, e buscando vínculos mais fortes para vencer novos desafios. Porém de acordo com as informações levantadas, isso não acontece. Como revela o senhor E.R., de 68 anos “A presidência local, aqui não muda, “João” (nome fictício do líder comunitário) não mora aqui e não administra. Tudo está parado”.

Esta cursista, de posse dos conhecimentos adquiridos no Curso Realidade Brasileira segundo os seus pensadores, optou por não ficar indiferente às necessidades da comunidade, me dispondo então, a pesquisar e estudar as características desta Associação de moradores, como se organizam e articulam seus integrantes e a comunidade, formas de planejamento com o objetivo de investigar os limites e possibilidades que permeiam esta organização, buscando entender a razão da insatisfação dos moradores quanto à inoperância da associação e as possíveis mudanças deste processo organizativo, investigar os limites e possibilidades desta organização popular, pois isto é importante para oferecer respostas à comunidade e justifica a importância deste artigo. Sendo a Associação de Moradores da Ilha do Teixeira o foco desta pesquisa, iniciaremos apresentando a metodologia usada na pesquisa, faremos algumas considerações sobre o objetivo das organizações populares, destacando-se as Associações de moradores, o papel do líder comunitário e a gestão democrática e sobre a participação.

2 METODOLOGIA

Realizou-se num primeiro momento uma pesquisa bibliográfica em textos veiculados sobre a temática proposta e o estudo de documentos reunidos, com informações relacionadas aos aspectos históricos, econômicos e sociais da associação.

A pesquisa desenvolvida teve como principal referência à pesquisa qualitativa que conforme definida por Bogdan e Biklen *apud* Lüdke e André (1986, p.13) *apud* Alencar (2016), se caracteriza por envolver “a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”.

Os autores apresentam cinco elementos que caracterizam a pesquisa qualitativa.

1. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como seu principal instrumento. 2. Os dados coletados são predominantemente descritivos. 3. A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. 4. O “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. 5. A análise dos dados tende a seguir o processo indutivo. (BOGDAN e BIKLENAPUDÇUKE e ANDRÉ, 1986, p.13, *apud* ALENCAR (2016, p. 66),

Gil (1999), define pesquisa como:

[...] Procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. (...) A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimento científicos (...) ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados. (GIL, 1999, p. 45)

A pesquisa é, portanto, o trajeto para se chegar à ciência e ao conhecimento. Na realização da pesquisa foram utilizados vários instrumentos para se chegar a uma resposta mais aproximada ao objetivo.

A estratégia da pesquisa usada foi de levantamento de dados, através de entrevistas, procurando entender o processo de edificação das concepções, comportamentos e símbolos sociais junto às associações. A entrevista é um dos procedimentos mais usados por pesquisadores para se coletar dados.

O termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação com algo. Entre indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas (RICHARDSON, 1999, p 207).

Apela-se à entrevista sempre que tem a obrigação de se conseguir informações que não podem ser achadas em registros e fontes documentais, sendo capaz que estes possam ser supridos por algumas pessoas.

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo (ROSA; ARNOLDI, 2006, p. 17).

De acordo com Valles (2000, p. 190 apud ROSA; ARNOLDI, 2006, p. 45) “constituem entrevista e investigação as entrevistas apresentadas na forma de: conversação social ordinária e as entrevistas profissionais correntes”. Tais entrevistas de comunicação natural, sobre a vida diária, contribuem com dados importantes conforme os objetivos da pesquisa, os recursos e o tempo disponíveis para a sua construção (ROSA; ARNOLDI, 2006).

A pesquisa qualitativa foi desenvolvida no mundo da associação comunitária rural/pesqueira da Ilha do Teixeira, no município de Paranaguá-PR. Os recursos metodológicos usados foram: roteiro de entrevistas, registros fotográficos e anotações de campo. Tais recursos possibilitaram a reconstituição das concepções acerca da realidade.

Para a pesquisa de campo, foi realizado contato com a associação de moradores, única da Ilha. O trabalho de coleta de informações durou aproximadamente um ano, novembro de 2018 a novembro de 2019, estágio em que foram desenvolvidas visitas na comunidade, conversando com cada morador, fez-se o levantamento de dados através de visitas para aplicação de questionários que foram respondidos por um membro de cada família da ilha e por meio de entrevistas, por meio da construção de um inventário social, de registros fotográficos e anotações de campo.

Vale ressaltar que os aspectos da pesquisa qualitativa, determinadas por Martins e Théophilo (2007): a fonte de informações é o espaço natural; os dados são descritivos, a análise de dados é de maneira indutiva, preocupando-se com seus

significados, havendo um interesse maior pelo processo do que apenas pelos resultados e produtos.

3 ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

As associações de moradores são entidades da sociedade civil cujo objetivo é preservar e/ou melhorar a qualidade de vida das pessoas que fazem parte de um espaço geograficamente estabelecido. É uma maneira de articulação comunitária, voluntária, que não possui fins lucrativos e cuja relação entre seus componentes é o pertencimento a certa região da cidade e a vontade por atitudes que garantam seus desejos comuns. (HUR; BOLLINGER, 2014).

As associações comunitárias rurais são sociedades formais criadas com objetivo de integrar esforços e ações dos agricultores e seus familiares em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade a qual pertence. (MORAES e CURADO 2004, p. 2).

3.1 A IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

O Estado Democrático de Direito assevera aos cidadãos as chances de se organizar e cooperar de maneira ativa na construção, implementação e fiscalização das políticas públicas, uma vez que: “o direito de associação é um direito público subjetivo a permitir a união voluntária de algumas ou de várias pessoas, por tempo indeterminado, com o fim de alcançar objetivos lícitos e sociais” (PAES, 2010, p. 66). A participação na tomada de decisões voltadas à gestão governamental seja em grau local, estadual ou nacional é garantida, mesmo que na prática ainda se tenha muito a se desenvolver neste sentido.

A associação comunitária é de grande relevância quando detém de condições de oportunizar respaldo necessário para encarar as reivindicações de seus representados, podendo sistematizar e centralizar as demandas da comunidade, pretendendo frente aos órgãos públicos a inclusão na agenda política de projetos objetivando melhores condições de transporte, lazer, educação, segurança e de infraestrutura (ECHEVARRÍA, 2005).

Uma organização comunitária bem fundamentada e que represente de maneira concreta os verdadeiros interesses da comunidade, pode vir a ser uma referência na defesa de direitos, incentivando a participação e o interesse dos sujeitos pela política e pelas mobilizações por melhores possibilidades de vida da

população num todo. Nesse contexto, oportuno ter ciência da experiência democrática norte americana que serve para reflexão relacionada no decorrer da trajetória que se deve percorrer:

O habitante dos Estados Unidos aprende desde o nascimento que deve contar consigo mesmo para lutar contra os males e os embaraços da vida; ele lança à autoridade social um olhar desconfiado e inquieto, e só apela para o seu poder quando não pode dispensá-lo. Isso começa a se perceber desde a escola, onde as crianças se submetem até mesmo nos jogos, a regras que elas mesmas estabelecem e punem entre si os delitos que elas mesmas definem. O mesmo espírito se encontra em todos os atos da vida social. Um problema qualquer ocorre na via pública, a passagem é interrompida, o tráfego detido; os vizinhos logo se estabelecem em corpo deliberador; dessa assembleia improvisada sairá um poder executivo que remediará o mal, antes que a ideia de uma autoridade preexistente à dos interessados se apresente à imaginação de alguém. Se se trata de um prazer, logo se associarão para dar maior esplendor e regularidade à festa. Unem-se enfim para resistir a inimigos totalmente intelectuais: combate em comum à intemperança. Nos Estados Unidos, as pessoas se associam com fins de segurança pública, comércio e indústria, moral e religião. Não há nada que a vontade humana desespere alcançar pela livre ação da força coletiva dos indivíduos. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 219 e 220)

A procura pela mudança da letra fria da lei em algo efetivo e transformador na vida socioeconômicas da comunidade é de propriedade das associações comunitárias, uma vez que por diversas vezes, e infelizmente, a lei aprovada e decretada, por si só, não é garantia para a mudança de vontades ou necessidades em realidades na vida dos cidadãos, tal como, a reivindicação, por si só, não é eficiente para construir recursos financeiros para que o poder público consiga dar verdadeiro cumprimento dos direitos requeridos.

Relevante dizer também que as associações comunitárias dispõem de muitos líderes, invisíveis aos núcleos do poder, mas que procuram mudar a vida da comunidade. Na atividade de suas reivindicações eles buscam levar ao poder público as exigências da comunidade. Isso pode-se notar nas audiências públicas viabilizadas pelos órgãos competentes, onde os líderes postulam direitos coletivos para toda a comunidade ou mediante organizações que desempenham uma atividade principalmente comunitária e de grande relevância para o povo.

Os problemas encarados no dia a dia das associações dizem respeito, entre outras coisas, a cooperação e ao comprometimento da comunidade para a solução dos problemas comuns, mas também tem dificuldades no tocante a competência de propositura de demandas judiciais, visando que as instituições muitas vezes não

detêm advogado respaldado. Nesse contexto, defende-se a perspectiva de que as necessidades associativas consigam ser atendidas, quando acontece a possibilidade, sem necessidade de usar o Poder Judiciário, isto é, mediante a auto composição.

É necessário se pensar que certas questões comportam saídas extrajudiciais, seja mediante reuniões, requerimentos ante as autoridades públicas, ou ainda, através do uso de procedimentos de auto composição, que nos dias atuais virou-se política pública, visando a Lei Federal nº 13.140/2015 (Lei de mediação), a qual trouxe em seu cerne excelentes oportunidades para a resolução de conflitos. No campo do Ministério Público Brasileiro a Resolução nº 118/2014 do Conselho Nacional do Ministério Público estabeleceu a política nacional de fomento à auto composição visando fomentar o desenvolvimento preventivo e extrajudicial na esfera do Ministério Público.

Para concluir, a associação comunitária é um modelo de exercício e efetivação da cidadania e da democracia. (SARTORI, 2017). No território (bairro ou na comunidade) onde se vive estão os registros de passagem dos sujeitos pela vida. É o ambiente em que no passado se aprendeu as primeiras lições na escola, construíram-se amizades que ainda continuam, onde brincaram e se divertiram. É o ambiente em que os pais educaram seus filhos, viveram e morreram, um nítido registro das existências como seres humanos. Algo relevante de se notar, principalmente em uma sociedade globalizada e em ligeira transformação, é o fato de que se tem chão, de que se tem um ambiente onde se edifica a vida.

3.2 O PAPEL DO LÍDER COMUNITÁRIO

“Na práxis revolucionária há uma unidade, em que a liderança – sem que isto signifique diminuição de sua responsabilidade coordenadora e, em certos momentos, diretora – não pode ter nas massas oprimidas o objeto de sua posse”. (FREIRE, Paulo, 1970, p. 78)

Quando se busca pertencer a uma associação de sujeitos, como por exemplo, uma associação comunitária, estende-se a noção de dever para com o próximo e para com a sociedade. Firma-se a convicção de que, ainda como seres humanos, deve-se trabalhar para a melhoria da própria vida, sem deixar de lado que se faz parte de uma coletividade, em que a existência é elemento de uma interação

de interdependência e reciprocidade, que abrange os que estão próximos e as pessoas que não serão conhecidas.

Característica importante ao caráter de um líder faz referência a sua capacidade de sistematizar as reivindicações da associação, tal como suas esperanças e desejos coletivos para trilhar um caminho em comum. Aí vem a relevância de um chefe comunitário para uma sociedade que se pretende ser democrática. O líder comunitário frente ao grupo enfrenta o desafio de construir ambientes e condições para a representatividade dos sujeitos, e sempre busca maneiras de encarar os problemas que prejudicam a comunidade.

“Nesta teoria da ação, exatamente porque é revolucionária, não é possível falar nem em ator, no singular, nem apenas em atores, no plural, mas em atores em intersubjetividade, em intercomunicação. Negá-la, no processo revolucionário, evitando, por isto mesmo, o diálogo com o povo em nome da necessidade de “organizá-lo”, de fortalecer o poder revolucionário, de assegurar uma frente coesa é, no fundo, temer a liberdade. É temer o próprio povo ou não crer nele. Mas, ao se descrever do povo, ao temê-lo, a revolução perde sua razão de ser. É que ela nem pode ser feita para o povo pela liderança, nem por ele, para ela, mas por ambos, numa solidariedade que não pode ser quebrada. E esta solidariedade somente nasce no testemunho que a liderança dá a ele, no encontro humilde, amoroso e corajoso com ele. Nem todos temos a coragem deste encontro e nos enrijecemos no desencontro, no qual transformamos os outros em puros objetos. E, ao assim procedermos, nos tornamos necrófilos, em lugar de biófilos. Matamos a vida, em lugar de alimentarmos a vida. Em lugar e buscá-la, corremos dela”. (FREIRE, Paulo, 1970, p. 82)

A função do líder comunitário que é eleito pela Associação abrange, entre outros deveres, avivar a consciência da comunidade a respeito da realidade em que estão introduzidos, expondo a necessidade de enfrentamento dos problemas, seja de maneira coletiva ou em algumas circunstâncias de forma particular. O representante da comunidade ante ao poder público naturalmente detém a indispensável legitimidade para apresentar as protestações do grupo. Fora isso, seu prestígio tem surgimento no respeito conferido pela comunidade, e que precisa ser mútuo. Porém, a preservação desta legitimidade precisa da sua aptidão para promover os interesses da comunidade, privando-se de utilizar a comunidade e suas exigências para a autopromoção ou a de terceiros.

O trabalho voluntário do dirigente certamente é um trabalho político e como resultado abrange o tratamento com operadores públicos, essencialmente em nível municipal. Sabe-se que este convívio é sempre frágil, e a comunidade precisa estar sempre atenta no que tange a eventual cooptação das lideranças por equipes

políticas (clientelismo), por diversas vezes contrários às propensões daquela comunidade, e que em troca de proteção político/eleitoral ofertam cargos e vantagens usando-se de sua posição na administração pública.

A autonomia de manifestação política do líder comunitário é integral, visando tratar-se de uma garantia constitucional. Porém, a realidade tem exposto que aquela associação em que seus gestores concretamente procuram usar o movimento associativo para as melhorias das condições de vida da sua comunidade, livre de siglas políticas alcança seus objetivos e se firma independente dos processos políticos partidários. Por este motivo, a comunidade precisa ter ciência de que a sua força mora em sua habilidade de mobilização e a organização coletiva, e não em tratos eventuais objetivando favores e o resguardo de algum “padrinho político”.

4 GESTÃO DEMOCRÁTICA

No decorrer da história brasileira, pôde-se observar uma rotatividade entre um regime social autoritário e o democrático. Na colonização, o grito da independência, a fase da ditadura militar, a democracia, enfim, todos estes períodos históricos constituíram nossa sociedade, deixando contradições visíveis hoje, em todas as esferas sociais.

Considera-se importante trazer a definição de democracia. De acordo com Ferreira (s.d) significa “Governo do povo; soberania popular; democratismo. Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder”. Outro significado, equidosa do poder, isso é a distribuição de poder, a colaboração igualitária de todos, frente às decisões. Dessa mesma maneira Lück et al (2005) ressalta que:

Ao se referir às escolas e sistemas de ensino, o conceito de gestão democrática envolve, além dos professores e funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado na melhoria do processo pedagógico. (LUCK. H, 2005, p.17)

Frente a isso, compreende-se que a gestão democrática é uma tarefa de todos, tendo de começar dentro da família, na sociedade, no governo, porém para que isso aconteça perfeitamente, é necessária a participação de todos que estão inseridos nesse processo, de um trabalho em equipe para que se aconteça movimentos reais, práticas coletivas.

A gestão democrática é adversa a definição de autoritarismo, uma vez que se expande para um pensamento democrático, a fim de incentivar os participantes a possuírem a chance de expressar suas capacidades e lideranças. Assim, todos precisam participar independentemente de onde se ajusta no organograma ou segmento da organização.

A gestão democrática busca proporcionar a redistribuição de responsabilidades, ideias de cooperação, trabalho em equipe, tomada de decisão sobre as práticas que serão desenvolvidas, estudo de situações em conjunto. Além de propiciar confronto de reflexões, buscando, desta forma, o sucesso de sua organização através da ação consciente dos envolvidos.

Os primeiros vestígios de gestão democrática começam na metade das décadas de 80/90 do século XX, fase traduzida pelo imperialismo, expondo uma falsa democracia. Nesta fase foram introduzidas diversas reformas liberais, entretanto mostravam um caráter contraditório em certos momentos mostrava-se um caráter moderno neoliberal, do outro lado, as suas leis eternizavam, o caráter dominador, buscando legitimar ações de conformação e dominação.

Segundo Luck (2000):

“Estas reformas abrangem um movimento para democratizar a gestão e aprimorar a qualidade educacional, traduzindo estratégias diversas. O estabelecimento de colegiados ou conselhos escolares, que incluem representantes dos professores, dos funcionários, dos pais e o diretor da escola, com autoridade deliberativa e poder decisório, tem obtido níveis variados de sucesso”. (LUK, 2000, p.14)

Durante este tempo, encorajados pelo novo padrão descentralizado neoliberal, nasceram diversos movimentos que brigavam por transformações na sociedade, e por uma gestão educacional democrática. Shiroma et al (2002) afirma que,

Impactados por estas formulações, os sistemas de ensino tiveram que renovar as suas referências e orientações e assumir como função social prioritária a preparação de sujeitos aptos a desempenharem seu papel nesta nova configuração de sociedade (SHIROMA, et al, 2002, p.45).

Arroyo (1995) declara que:

O movimento social e de renovação pedagógica dos últimos 15 anos recoloca a luta pelo saber e pela cultura na direção de sua desprivatização. No embate entre tradição privatista e mercantil das necessidades e tradição social, progressista e pública dos direitos e das liberdades, o movimento social e pedagógico se situa na concepção pública de qualidade na educação. (ARROYO, 1995, p. 3).

Mesmo diante das mudanças que acontecem na sociedade é possível notar que a gestão democrática ainda é complexa em sua organização, as fragilidades nas políticas públicas, gestores mal preparados, famílias e grupos de trabalho desajeitados com a proposta de trabalho, são obstáculos que acabam bloqueando o êxito democrático, assim, é necessário que cada membro da comunidade pense sobre a sua função social.

5 PARTICIPAÇÃO: um elemento essencial para a democratização

A gestão democrática não pode acontecer sem a participação. Ela é um objeto importante para o processo de democratização. Porém, essa participação é entendida como utópica. Etimologicamente, utopia significa um processo que não houve, mas é um componente da realidade; desta forma, ela expressa o dever inacabável de superação histórica (DEMO, 1999).

A democracia e a participação não podem ser isoladas; são compreendidas como expressões específicas e uma definição incumbe a outra. Não obstante, essa correlação nem sempre acontece. Mesmo a democracia ser inexecutável sem colaboração, é fácil notar que ainda acontece na sociedade participação sem espírito democrático. (LÜCK, 2006).

Da mesma maneira, Demo (1999) faz uma analogia entre democracia e participação, mas identifica que a participação é prática democrática. Relativo a prática da democracia, pode-se apontar que:

[...] através dela aprendemos a eleger, a deselegar, a estabelecer rodízio de poder, a exigir prestação de contas, a desburocratizar, a forçar os mandantes a servirem à comunidade, e assim por diante. Sobretudo, aprendemos que é tarefa de extrema criatividade formar autênticos representantes da comunidade e mantê-los como tais (BOBBIO *apud* DEMO, 1999, p. 71).

É importante que a participação seja compreendida como um procedimento dinâmico e colaborativo que atinge a tomada de decisão, já que se delineia pelo compartilhamento e pela estada do dia a dia na gestão, com busca, por seus interessados, pela vitória sobre as dificuldades e obstáculos além do desenvolvimento de seu papel social e do desenvolvimento de sua identidade.

Dizemos que participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em sua essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir (DEMO, 1999, p.18).

Frente a essa afirmação, constata-se como ela não pode ser compreendida como uma virtude, como uma anuência ou como um elemento preexistente; desta maneira, ela é entendida como uma vitória.

Lück (2006) faz referência ao processo participativo nas escolas, ao ressaltar que a participação eficaz provoca que os educadores discutam e pesquisem coletivamente a problemática pedagógica intrínseca à organização escolar. Mediante esta contínua análise, eles portarão a oportunidade de determinar maneiras para vencer as dificuldades que acharem prioridade além de aceitarem o comprometimento de modificar suas ações.

Percebe-se que o processo de participação é uma forma de todos tomarem as decisões de forma coletiva, ao resolver os problemas e as dificuldades existentes. Entretanto é preciso que essas orientações sejam apontadas por todo o grupo e não somente pelo gestor. Por conseguinte, esta é a razão do coletivo que contrasta com a democratização da organização. Desta forma, participar significa:

[...] compartilhar poder, vale dizer, implica compartilhar responsabilidades por decisões tomadas em conjunto como uma coletividade e o enfrentamento dos desafios de promoção de avanços, no sentido de melhoria contínua e transformações necessárias (LUCK, 2006, p.44).

O processo de participação surge de um padrão em que todos estão envolvidos, tendo em vista que atravessam todas as esferas, os ambientes e os processos educacionais, de acordo com valores democráticos, voltados à edificação coletiva. Assim, a participação:

[...] não é privilégio, ou idiosincrasia de determinados grupos, e sim condição geral, caracterizada pela reciprocidade expressa em todos os segmentos, meandros e momentos das interações na unidade social, seja do sistema de ensino, seja da escola, seja entre sistema de ensino. Constituindo-se a reciprocidade em condição inerente ao processo de participação, pressupõe-se, portanto, como um elemento componente da vida social organizada da unidade social, que, ao mesmo tempo, é processo e chave de enfrentamento de desafios (LUCK, 2006 p. 63 e 64).

Frente a essas considerações, pode-se mencionar que, por meio da participação pode-se garantir espaços democráticos, sendo assim, a participação é considerada como um elemento importante da democracia, pois sem ela não se tem possibilidades de apontar um legítimo processo democrático. Entretanto, não há um processo participativo e nem democracia sem o compromisso de todos os segmentos, o que envolve comunidades, professores, entre outros que de alguma forma, interferem nos trabalhos desenvolvidos.

6 CONCLUSÃO

É relevante o papel do gestor para a construção de novos rumos, compreendidos como a mobilização dos sujeitos introduzidos neste contexto de maneira articulada e coletiva, posicionando-se concretamente na comunidade com a responsabilidade coletiva para as transformações da realidade.

A interiorização de estratégias particulares de ação no decorrer da fase de socialização, de um lado, a compreensão licenciosa dos alicerces organizacionais intensamente corruptas ou ineficazes e freguês do poder público, e de outro lado, carregam à desmoralização das regras coletivas. Esse comportamento de desconfiança está sustentado no pensamento dos moradores e subtrai o alicerce coletivo de confiança que é preciso para a auto-organização. Muitos moradores não possuem ciência das possibilidades de auto-organização e expõem resistência as iniciativas de mudanças.

Um motivo essencial para se evitar a exclusão da comunidade, é adquirir uma cooperação autêntica dos moradores e produzir um crescimento rural sustentável fundamentando-se na qualidade das conexões entre os moradores, presidente da organização e a administração pública. As atuações informais, o empenho que existe, tal como os recursos que são disponibilizados por parte da comunidade local podem ser apresentados no espaço rural e ressaltados no processo de desenvolvimento do ambiente.

A comunidade da Ilha do Teixeira é determinada pelo conjunto de interações que seus componentes estabelecem entre si. A proximidade de muitas residências é um dos elementos essenciais, que revigoram a convivência social e cultural, determinando desta forma, uma forma particular de se viver, constituído pela troca de vivências entre as famílias, práticas de ajuda coletiva, religiosidade, time de futebol e as festas tradicionais (agora ausentes), mesmo sem poder contar com a assistência da associação de moradores, uma vez que a mesma se encontra fragmentada.

A realidade organizacional da associação comunitária de certo território está relacionada às interações e a convivência na comunidade. Entender essa realidade, a partir da compreensão das associações, ajuda a melhorar o conhecimento e atuação neste campo do saber.

Todos os processos das associações possuem como fundamentos a participação. Os diferentes entendimentos descrevem que através da participação ocorre o envolvimento dos moradores na tomada de decisão, o desenvolvimento de trabalhos comunitários, o acesso ao conhecimento, e essencialmente a procura de soluções para as necessidades coletivas, reforçando desta forma a convivência social, e consequentemente o desenvolvimento local.

Não se observa na associação uma forma concreta de planejamento. Identifica-se que existe um direcionamento, pelos costumes e princípios de seu gestor e componentes, de desenvolverem as atividades mediante as necessidades verificadas no momento. A principal fonte de recursos é advinda dos próprios moradores, que persistem diante os obstáculos em obter recursos para suas ações. Nota-se ainda uma espera de algumas famílias pelo assistencialismo de empresários ou entidades que não doam sem interesse.

Uma associação construída por iniciativas e necessidades voltadas à realidade da própria comunidade tem grandes possibilidades de crescer. Através de uma associação ativa e com a participação da comunidade poder-se-á fortalecer as iniciativas produtivas e comerciais da localidade, a associação ativa também pode se direcionar para a busca de interesses e necessidades voltadas a vida da comunidade, como infraestrutura, escolas, transporte, pontes, eventos, entre outros.

Dividir os objetivos, procurar soluções próprias, levar para si a responsabilidade e experimentar os resultados conquistados fortalecem a autoestima, a autoconfiança e o bom senso de vida em comunidade. Nota-se que aqui um processo de mudança pessoal, de aprendizado do que é cidadania, onde o produtor rural, o pescador deve ter a oportunidade de vivenciar os resultados das práticas individuais e coletivas que podem concretamente modificar o seu contexto de vida. Observa-se que a associação de moradores pesquisada passa por um período de extrema fragmentação, onde seus gestores passados e o atual não encontram soluções para atender as demandas da comunidade, uma vez que essa comunidade não se sente empoderada para outra qualquer ação, que não seja queixar-se sem agir para superar os motivos destas queixas.

Quando não há um impulso participativo dos moradores a responsabilidade do líder é ampliada, pois precisa buscar apoios e técnicas para motivar, aproximar e

buscar a inclusão de todos os membros ao grupo, o que caracteriza uma comunidade.

Assim como na sociedade capitalista e patriarcal brasileira, onde quem tem o poder dita às regras, na associação de moradores da ilha há a imposição da força dada pelo cargo de liderança, o domínio das decisões e a tentativa de manipulação frustrada da subserviência coletiva. Diante desta pressão, sem voz e sem alternativa, sem consciência da sua real importância como ser humano dotado de direitos, com a autoestima debilitada diante dos tantos flagelos impostos pela atual conjuntura, o morador da ilha, um simples caçara pescador e um pequeno grupo que ainda luta para poder plantar suas roças, se afasta da organização, da luta pelo coletivo, se recolhendo em sua luta individual pelo sustento de cada dia, gerando ainda maior desunião, pois cada um busca seus próprios interesses.

O que não se pode realizar, na práxis revolucionária, é a divisão absurda entre a práxis da liderança e a das massas oprimidas, de forma que a destas fosse a de apenas seguir as determinações da liderança. (FREIRE, Paulo, 1970. p.78)

Nesta luta vão deixando de lado sua própria identidade, sua cultura social como danças, festas, técnicas de plantio e de pesca, que poucas vezes, apenas quando são questionados, relatam às novas gerações como fatos do passado que deixaram saudades, para as quais não há esperanças de resgate nem de futura sobrevivência no território, para muitos deles a solução apontada é a saída do território em busca de empregos de baixa renda na “cidade”.

Sujeitos que se considerem dignos de ser ouvidos, conscientes de seus direitos, são construídos ao longo da vida, nos relacionamentos sociais primários com familiares, amigos, depois, na escola onde se vai dar sequência à formação intelectual, estas instituições tão importantes na construção de um sujeito capaz, autônomo, ousado a ponto de defender seus interesses e zelar pelo bem comum, refletem o contexto social onde se encontram.

Um sujeito que cresce vendo seus familiares enfermos sendo desrespeitados em momentos de grande necessidade, num posto de saúde, por exemplo, enfrentando filas e sendo mal atendidos, ou ainda, convive com a fome, além do doutrinamento escolar em escolas que só valorizam regras nem sempre aplicáveis a todos entre tantas outras mazelas sociais, e, não tiver fortalecido em si a

resiliência, irá sucumbir ao silêncio, a subordinação servil, ao medo das represálias impostas por aqueles que se consideram em posições superiores a sua.

Segundo Paulo Freire:

“...não seria possível à educação problematizadora, que rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária, realizar-se como prática da liberdade, sem superar a contradição entre o educador e os educandos. Como também não lhe seria possível fazê-lo fora do diálogo.” (FREIRE, Paulo, 1970. p. 44)

É necessário que se busque a valoração do indivíduo para que este se julgue capaz e reconheça a importância do seu papel na organização social e do seu apoio para a força coletiva, contrariando a autopromoção de um líder responsável pelas tomadas de decisões, pelo sucesso ou fracasso da organização, além de uma relação mais ativa e comprometida do líder da associação com os problemas dos associados.

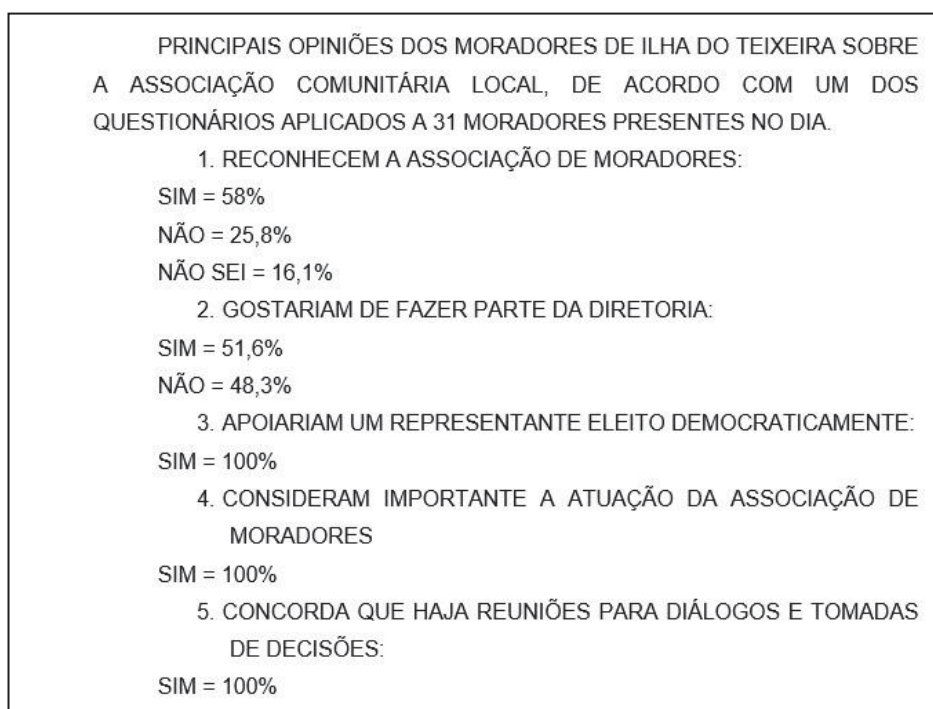
Que seja esta, pois, uma afirmação radicalmente conseqüente, isto é, que se torne existenciada pela liderança na sua comunhão com o povo. Comunhão em que crescerão juntos e em que a liderança, em lugar de simplesmente auto-nomear-se, se instaura ou se autentica na sua práxis com a do povo, nunca no desencontro ou no dirigismo. (FREIRE, Paulo, 1970. P.80)

Foi notório nas falas de alguns moradores um sentimento de menos valia, como se sua presença em reuniões não fosse importante, pois nas experiências vivenciadas outrora, apenas ouve-se a voz da maioria, então quando se tem uma opinião contrária, o melhor, segundo estes, é não participar, pois sua opinião será “voto vencido”. Numa democracia em que o poder não se concretiza sem a participação do povo, todas as opiniões deveriam ser ouvidas, consideradas, citadas, buscando o fortalecimento do grupo que terá suas questões analisadas por diferentes pontos de vista, fortalecendo os argumentos diante de instâncias maiores, além de fortalecer a auto estima daquele que opina, pois este sentir-se-á parte da organização tendo autonomia no sentido de auto decisão, fazendo escolhas seguras para si, pois se reconhece como integrante do coletivo com o sentimento de que sua presença é importante e que poderá contar com o apoio e defesa desta associação e nesta interação contribui para o fortalecimento do grupo.

Agir, de maneira coletiva quer dizer conquistar maior poder de influência. Mediante uma associação ativa, os produtores, pescadores e as famílias poderão resolver coisas através deles mesmos e outras que precisarão ser buscadas fora da comunidade e mais, a capacidade de pensar, de participar sentindo-se livre para atuar, opinar e decidir coletivamente.

ALGUNS DADOS RESULTANTES DA PESQUISA:

FIGURA 1: OPINIÕES DOS MORADORES SOBRE A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LOCAL



LIMITES DESTACADOS APÓS A INVESTIGAÇÃO:

- Não se observa na associação pesquisada uma forma concreta de planejamento;
- Não há grupos de trabalho;
- A autopromoção está presente na fala do líder; bem como o domínio das decisões e a tentativa de manipulação frustrada da subserviência coletiva;
- Fragmentação quanto ao reconhecimento do líder atual, por esta razão alguns afirmam que não há associação de moradores;
- Falta de cooperação e comprometimento dos moradores para a solução dos problemas comuns;

- Os moradores apenas reclamam dos problemas, mas não exigem mudanças;
- Comodismo de alguns que se habituaram ao assistencialismo de alguns padrinhos interesseiros. (Território em risco).
- Falta de empoderamento, de valoração que leva a maioria a negligenciar o seu importante papel na defesa da qualidade de vida do coletivo, a luta diária e, agora, individual, pelo sustento cada vez mais escasso reforça a desunião;
- Escola teoricamente aberta à comunidade, com regras e procedimentos urbanos;
- Conselho escolar apenas “para constar”;
- A prevalência da voz da maioria e o medo de represália por se ter uma opinião contrária, gerando o silenciamento;
- Segregação. (Religiosa, social).

POSSIBILIDADES:

- Promover o encontro de opiniões através do diálogo, da escuta, buscando a solução dos problemas e, havendo conflitos necessários, procurar resolvê-los por meio da autocomposição; levar cada membro da comunidade a pensar sobre a sua função social; (processo iniciado durante a aplicação dos questionários).
- Incentivar a participação dos moradores através de encontros informais;
- Buscar apoios e técnicas para motivar, aproximar e buscar a inclusão de todos os membros do grupo (caracterizando uma comunidade).
- Dividir objetivos e responsabilidades;
- Prestar contas das realizações da associação, conquistas e dificuldades;
- Resgatar as festas tradicionais;
- A escola agir de acordo com a lei no que se refere ao seu envolvimento com a comunidade;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, F. P. **Um estudo dos laboratórios didáticos em um curso de licenciatura em Física do PARFOR**. In: Congresso Nacional de Educação-II CONEDU. Campina Grande-PB, outubro de 2016.

ARROYO, M. **Quando a escola se redefine por dentro**. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, 1995.

BRASIL. **Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015**. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a auto composição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 jun. 2015. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.140-2015?OpenDocument>. Acesso em: 16 AGO 2019

DEMO, P. **Participação é conquista**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ECHEVARRÍA, R. Y. S. J. A. **Fundamentos de antropologia: um ideal de excelência humana**. 1º Edição. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull): 2005. Págs. 414 e 415.

FERNANDES, R. C. **Privado, porém público: o Terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro. Relume-Dumara, 1994.

FERRINHO, H. **Cooperativas e desenvolvimento rural**. Clássica Editora. 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 23ª impressão. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1970.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 202 p. ISBN: 8522422702.

HUR, M.; BOLLINGER, A. **Neighborhood associations and their strategic actions to enhance residents neighborhood satisfaction**. Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly, v. 44, n. 6, p. 1–21, 2014.

LUCK, H. **A gestão pedagógica da organização curricular com foco na superação da distorção idade-série**. Gestão em Rede, n. 62, p. 10 – 14, junho, 2005.

LUCK, H. **Gestão educacional – uma questão paradigmática**. Série Cadernos de Gestão, volume I. Petrópolis – RJ, Editora Vozes. 2006.

MARTINS, G. de A; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MORAES, Ê G. de; CURADO, F. F. **Os limites do associativismo na agricultura familiar de assentamentos rurais em Corumbá, MS**. In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL, 1, Corumbá, 2004. Disponível em: http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/artigos/aspercetos/pdf/socio/323SC_CURADO_8_OKVisto.pdf. Acesso em 27 JUL. 2019.

PAES, J. E. S. **Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

RASKIN, S. F. **As Organizações e a Teoria Organizacional**. Disponível em <<http://www.pr.gov.br/batebyte/edicoes/2002>> acesso em 23 de Fev. 2019.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 327p. ISBN: 8522421110.

ROSA, M. V.; ARNOLDI, M. A. G. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 112 p.

SARTORI, G. **O que é democracia?** Curitiba: Instituto Atuação, 2017. (Coletânea da democracia, v. 2).

SHIROMA, E. O. et al. **Política educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TOCQUEVILLE, A. de. **A democracia na América: leis e costumes**. Tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. V.1

Disponível em: <https://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2012/10/ANASILE-POLITICO-SOCIALDA-ILHA-DO-TEIXEIRA-MUNICIPIO-DE-PARANAGUA-PR.pdf>
Acesso em 09/11/2019. 19h